

Autorização para disponibilização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela publicação da obra, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 3.0, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

Granted authorization to release the Institutional Repository of the University of Brasilia (RIUnB) by the Center for Agrarian Studies and Rural Development of the Ministry of Agrarian Development, responsible for the publication of the work under the following conditions: available under Creative Commons 3.0 License, which allows you to copy, distribute and transmit the work, provided that the author and licensor is mentioned. Can not use for commercial purposes nor adaptation.

Referência

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In: SILVA, José Graziano da Silva; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de (Org.). Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010. p. 301-315. Disponível em: < <http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-especial/>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

FOME ZERO

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

ORGANIZADORES:
JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
MAURO EDUARDO DEL GROSSI
CAIO GALVÃO DE FRANÇA

FOME ZERO
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Organizadores:
José Graziano da Silva
Mauro Eduardo Del Grossi
Caio Galvão de França

FOME ZERO

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Brasília, 2010

13. A REDUÇÃO DA POBREZA: DE 44 MILHÕES PARA 29,6 MILHÕES DE PESSOAS

Mauro Eduardo Del Grossi

Este capítulo apresenta a evolução da pobreza segundo o conceito de pobreza adotado pelo Fome Zero, com destaque para a agricultura familiar.

Nos capítulos anteriores foram apresentadas as várias ações e políticas públicas que integram o Fome Zero, detalhando a sua evolução desde sua implementação em 2003. É evidente que os níveis de pobreza não estão associados apenas às políticas relacionadas diretamente com o Fome Zero, mas também às condições macroeconômicas brasileiras. Entretanto, desde sua concepção, o programa previa políticas estruturais, de caráter macroeconômico, como geração de emprego e renda, previdência social universal, renda mínima, reforma agrária e incentivo da agricultura familiar.

Um dos principais méritos do programa foi a articulação de várias políticas públicas, o que impossibilita a realização de avaliação de impacto de uma ação específica ou de um conjunto delas. Desta forma, este capítulo não apresenta uma avaliação do impacto do Fome Zero, mas a aferição da evolução da pobreza da população brasileira segundo a metodologia adotada no Fome Zero. Tal como apontado na fase de diagnóstico e elaboração da proposta do Fome Zero, as taxas de pobreza no Brasil são um forte indicador das condições da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

A DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Para estimar seu público beneficiário, o Fome Zero desenvolveu uma metodologia tendo como ponto de partida a linha de pobreza (LP) do Banco Mundial, de US\$ 1,00 por dia, adaptada às condições brasileiras. Para considerar o efeito dos diferentes custos de vida nas distintas regiões brasileiras, adotou-se uma regionalização da linha de pobreza, tendo a área rural do Nordeste como base,

acrescentando-se, para as demais regiões, os diferenciais dos custos de vida distintos para as áreas metropolitana, urbana não metropolitana e rural. A linha de pobreza média ponderada para a população de cada região era de R\$ 68,48, em valores de 1999, época de formulação desta metodologia.

Além da regionalização, foi feita uma correção na renda das famílias que declararam obter parte da alimentação da produção agrícola. No total, a proporção do autoconsumo representava apenas 1,2 % da renda declarada de todas as famílias, embora represente uma proporção de 17,3 % nas famílias “conta-própria” agrícolas. Também foram deduzidos da renda total das famílias alguns itens que representam “custos fixos”, como é o caso do aluguel e pagamento de casa própria¹.

Até 2004 as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads), do IBGE, não abrangiam as áreas rurais do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima e Rondônia. Em 1999 o projeto fez uma estimativa do número de pobres, proporcionalmente ao Censo Demográfico 2000. A partir de 2004 as Pnads passaram a abranger as áreas desses estados, e neste trabalho se utilizou a proporção de pobres verificada em 2004 para estimar o número de pobres de 2001 a 2003, mantendo assim a comparabilidade com a metodologia original.

Outro detalhe da metodologia do Projeto Fome Zero é que foram excluídos dentre os pobres todas as famílias de empregadores, ou seja, considerou-se que as poucas famílias de empregadores com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza – cerca de 70 mil famílias em 1999 – deveriam ter problemas de subdeclaração, razão pela qual elas foram incluídas entre as famílias não pobres.

Os resultados desta metodologia identificavam 44 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar:

Os dados indicam um público potencial beneficiário de 44,043 milhões de pessoas, pertencentes a 9,324 milhões de famílias (1999). Esta população pobre representa 21,9 % das famílias e 27,8 % da população total do país, sendo 19,1 % da população das regiões metropolitanas, 25,5 % das áreas urbanas não metropolitanas e 46,1 % da população rural. Em termos absolutos, representam, respectivamente: 9,003 milhões, 20,027 milhões e 15,012 milhões de pessoas, para cada área de residência (*Projeto Fome Zero*, 2001, p.74).

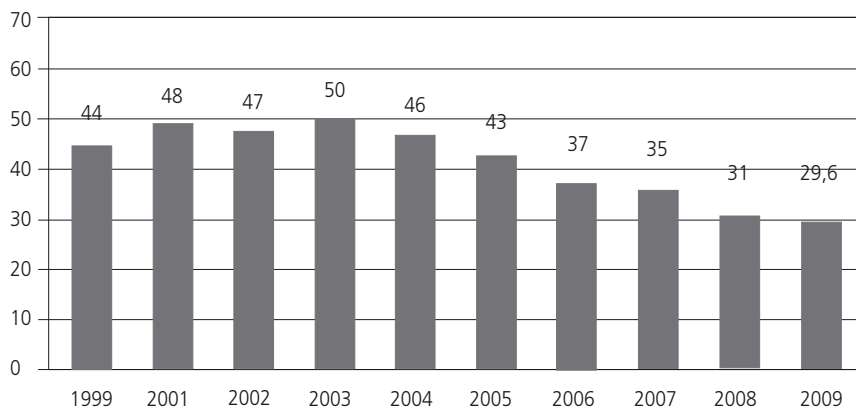
1. Descrição completa da metodologia está disponível em TAKAGI, GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 2001.

A EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE POBREZA ATÉ 2009

É oportuno verificar o que ocorreu com os níveis de pobreza após a implementação do Fome Zero em 2003, utilizando a metodologia original desse programa. Para tanto, utilizar-se-á a mesma linha de pobreza adotada para a Pnad de 1999, corrigindo os valores monetários pelo INPC². A fonte das informações são as Pnads, até a última disponível, referente ao ano de 2009.

Os resultados estão apresentados no Gráfico 1: o Brasil estava com 29,6 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza do Fome Zero em 2009. Os resultados também mostram que a pobreza continuou a crescer no Brasil até 2003, quando se iniciava a implantação do Fome Zero. Em 2003 o país também se encontrava imerso numa crise cambial e na balança de pagamentos, que acarretava aumento do desemprego, herdada dos anos anteriores. Entretanto a tendência foi revertida a partir de 2003, quando os níveis de pobreza iniciaram uma contínua e forte queda. Ao todo, entre 2003 e 2009, mais de 20 milhões de pessoas saíram da pobreza.

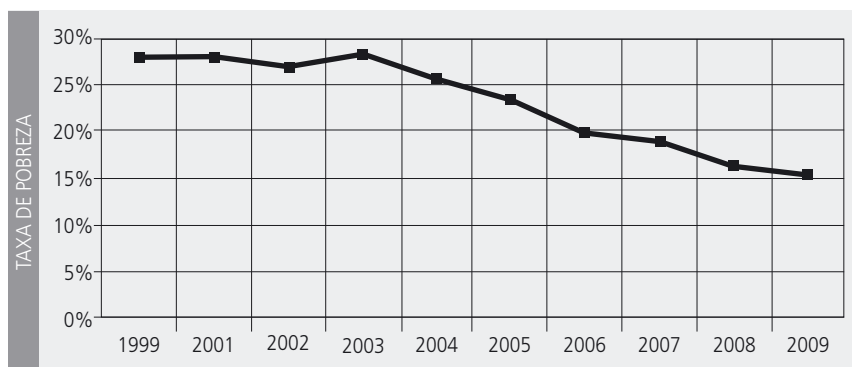
Gráfico 1 – Número de pessoas pobres segundo o critério Fome Zero. Brasil, 1999 a 2009.



Em termos proporcionais, a taxa de pobreza passou de 27,8% em 1999, para 28,1% em 2003, e depois caiu acentuadamente para 15,4% em 2009 (Gráfico 2).

2. Para maiores detalhes da metodologia, ver DEL GROSSI, GRAZIANO DA SILVA e TAKAGI, 2001.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de pobreza segundo o critério Fome Zero. Brasil, 1999 a 2009.



A maior redução no número de pobres ocorreu na área urbana, onde quase 10 milhões de pessoas saíram da pobreza (Tabela 1), seguido pelas regiões metropolitanas, com redução de 5,6 milhões de pessoas, e pelas áreas rurais com redução de 5,1 milhões de pessoas. Mas, proporcionalmente, as maiores reduções nas taxas de pobreza ocorreram nas áreas rurais, onde as taxas de pobreza caíram em mais de 14%.

Tabela 1 – Evolução das pessoas pobres segundo o critério Fome Zero, conforme a localização do domicílio. Brasil (milhares de pessoas)

Localização	1999		2003		2009		Variação 2003/2009	
	Pessoas	Taxa pobreza	Pessoas	Taxa pobreza	Pessoas	Taxa pobreza	Pessoas	Taxa pobreza
Metropolitana	9.003	19,1%	12.208	22,0%	6.535	11,0%	-5.673	-8,1%
Urbana	20.027	25,5%	24.598	26,1%	14.864	14,4%	-9.734	-11,2%
Rural	15.012	42,7%	13.299	45,4%	8.174	28,4%	-5.125	-14,4%
Brasil	44.043	27,8%	50.105	28,1%	29.574	15,4%	-20.531	-12,4%

Fonte: DEL GROSSI, a partir do processamento das Phads/IBGE.

Na Região Nordeste foi onde ocorreu a maior redução no número de pobres: 9 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2003 a 2009 (Tabela 2). Em segundo lugar na redução da pobreza vem a Região Sudeste, onde 6,5 milhões de pessoas saíram da pobreza (Gráfico 3), com destaque para suas áreas metropolitanas, que tiveram uma redução de quase 2,9 milhões de pessoas.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de pobreza segundo o critério Fome Zero. Regiões do Brasil, 1999 a 2009.

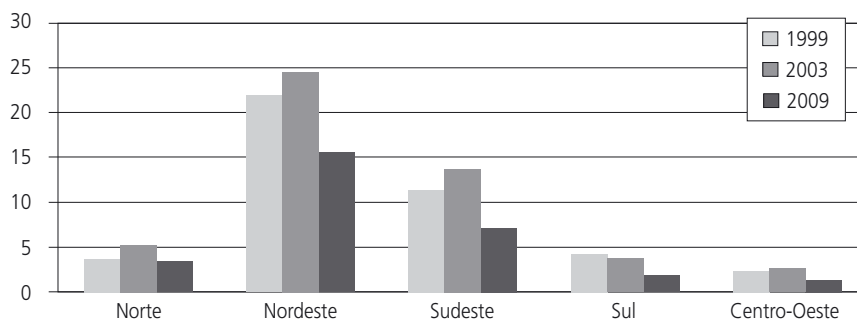


Tabela 2 – Evolução das pessoas pobres segundo o critério Fome Zero, conforme a localização do domicílio. Brasil (milhares de pessoas e famílias)

Região	Localização	1999		2003		2009		2003 a 2009	
		Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias
Norte		3.813	725	5.351	1.029	3.591	741	-1.760	-289
	Metropolitana	285	57	565	122	351	83	-214	-39
	Urbana	2.394	453	3.066	598	2.104	442	-962	-156
	Rural	1.133	216	1.721	310	1.136	216	-584	-93
Nordeste		21.873	4.455	24.512	5.181	15.491	3.562	-9.021	-1.619
	Metropolitana	2.981	639	3.934	902	2.157	538	-1.777	-364
	Urbana	9.440	2.013	12.044	2.600	7.768	1.796	-4.275	-804
	Rural	9.452	1.803	8.533	1.680	5.566	1.228	-2.968	-451
Sudeste		11.491	2.583	13.653	3.197	7.077	1.823	-6.576	-1.374
	Metropolitana	4.436	1.064	6.086	1.453	3.224	851	-2.861	-601
	Urbana	4.632	1.035	5.788	1.373	3.033	788	-2.756	-585
	Rural	2.423	483	1.779	371	819	184	-959	-188
Sul		4.402	993	3.803	890	1.986	511	-1.817	-379
	Metropolitana	897	213	1.081	249	545	142	-536	-107
	Urbana	2.122	487	1.954	466	1.020	267	-935	-199
	Rural	1.383	293	768	175	421	102	-346	-73
Centro-Oeste		2.463	568	2.786	652	1.429	377	-1.357	-276
	Metropolitana	403	94	542	130	275	73	-268	-57
	Urbana	1.439	336	1.745	410	939	251	-806	-159
	Rural	621	138	498	113	214	53	-284	-60
Brasil		44.043	9.324	50.105	10.949	29.574	7.014	-20.531	-3.936
	Metropolitana	9.003	2.067	12.208	2.855	6.552	1.687	-5.657	-1.168
	Urbana	20.027	4.324	24.598	5.446	14.864	3.544	-9.734	-1.902
	Rural	15.012	2.933	13.299	2.648	8.157	1.783	-5.141	-865

Fonte: DEL GROSSI, a partir do processamento das Pnads/BGE.

A AGRICULTURA FAMILIAR

Como já apresentado nos capítulos anteriores, o Fome Zero está organizado em quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. O projeto propunha aumentar a produção local de alimentos e ao mesmo tempo estimular a agricultura familiar, tradicional fornecedora de alimentos básicos para a população pobre:

O Projeto Fome Zero considera essencial que se retome uma política agrícola que favoreça, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem: seguro da renda agrícola; prioridade à produção interna, recorrendo à importação somente no caso de quebras de safra; incentivo à pesquisa pública que favoreça ao pequeno produtor o uso de tecnologias apropriadas, e que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica; uma política de crédito efetivo que esteja vinculada à formação de canais de comercialização; estímulo à formação de cooperativas de incentivo para proteção da natureza e da paisagem, entre outras (*Projeto Fome Zero*, p. 87).

Além de as políticas públicas incrementarem o poder aquisitivo da população mais pobre, era necessário romper os elos do círculo vicioso da fome, estimulando a agricultura familiar, que, além de produzir alimentos básicos, tem o poder de gerar ciclos virtuosos locais de ocupação e renda.

É oportuno apresentar³ a importância e as dimensões da agricultura familiar no Brasil. Em 2006, o último Censo Agropecuário do IBGE contou 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, sendo que 4.367.902 foram classificados como de agricultores familiares⁴, representando, assim, 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (Tabela 3). Apesar da importância numérica, eles ocupam uma área de pouco mais de 80 milhões de hectares, o que equivale a 24% da área dos estabelecimentos. Já os não familiares, apesar de representarem apenas 16% dos estabelecimentos, ocupam 76% das áreas dos estabelecimentos.

3. Baseado em FRANÇA, DEL GROSSI e MARQUES, 2009.

4. Segundo os critérios da Lei n. 11.326, de 2006, que define quem são os agricultores familiares no Brasil.

Tabela 3 – Caracterização dos estabelecimentos agropecuários, segundo a classificação de agricultura familiar, conforme a Lei n. 11.326. Brasil, 2006

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	%	Valor	%
Número de estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões ha)	80,3	24%	249,7	76%
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: DEL GROSSI e MARQUES, 2010.

Quase três quartos da mão de obra ocupada no campo são de estabelecimentos familiares, o que representa pouco mais de 12 milhões de pessoas, enquanto os não familiares ocupam apenas 4,2 milhões de pessoas. A expressiva ocupação de mão de obra pelos estabelecimentos familiares evidencia a sua importância na geração de ocupações no campo.

Apesar de ocuparem apenas 24% da área, os estabelecimentos familiares respondem por 38% do valor bruto da produção, e por 34% das receitas no campo. A agricultura familiar gera R\$ 677/ha e a não familiar gera apenas R\$ 358/ha. Também na ocupação da mão de obra a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas por 100 ha, enquanto a não familiar ocupa menos de 2 pessoas por 100 ha (DEL GROSSI e MARQUES, 2010, p. 16).

Os indicadores acima apontam que os estabelecimentos familiares possuem um aproveitamento melhor e mais intensivo da terra. A agricultura familiar também é responsável direta pelo abastecimento de produtos típicos de consumo no mercado interno: 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 59% do rebanho de suínos, 50% do rebanho de aves, 30% do rebanho de bovinos e 58% da produção de leite. Os resultados evidenciam o papel estratégico da agricultura familiar para garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Considerando as dimensões da agricultura familiar no país, era evidente a necessidade de envolvê-la no Fome Zero. É oportuno rever brevemente a evolução das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)⁵

É a maior e mais abrangente ação de apoio dirigida aos agricultores familiares no Brasil, disponibilizando crédito agrícola e não agrícola a taxas diferenciadas. Desde 2003 foram realizados mais de 10 milhões de contratos e cedidos R\$ 52 bilhões em crédito agrícola, o que corresponde a 85% do total de recursos destinados ao Pronaf desde a sua existência.

SEGURO DE RENDA E CLIMA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Grande parte das operações do Pronaf estão amparadas pelo Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que garante um desconto no contrato de financiamento proporcionalmente às quedas de preços no momento da comercialização da sua colheita. Atualmente este seguro abrange 35 produtos, e os descontos podem chegar até a R\$ 5 mil por agricultor. Considerando que o PGPAF está vinculado aos preços de comercialização, este programa constitui essencialmente um programa de garantia de renda nas operações de crédito dos agricultores familiares. Ele tem beneficiado em média 500 mil contratos por safra, concedendo um desconto médio de R\$ 1,2 mil nos contratos do Pronaf.

Já as perdas decorrentes de eventos climáticos são cobertas desde a safra 2004/2005 pelo Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que, além de garantir a quitação do financiamento contratado pelo Pronaf, também disponibiliza mais 65% da receita líquida esperada no empreendimento. Isto vem a garantir que o produtor não fique endividado e ainda tenha uma renda para sobreviver até a safra seguinte. O seguro também procura associar suas ações com a assistência técnica, visando à gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, como a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Atualmente o seguro climático abrange somente os contratos de custeio agrícola, protegendo em média 600 mil contratos por safra, mas já existe previsão de extensão deste seguro também para os contratos de investimentos.

5. Para maiores detalhes, veja capítulo de autoria de PERACI e BITTENCOURT.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)

Implantado em 2003, tem duplo objetivo: o incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar e a formação de estoques e distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. Os produtos também são distribuídos na merenda escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes.

GARANTIA-SAFRA

É uma ação que visa à tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola na região semiárida brasileira, quando da ocorrência de intempéries climáticas. Para tanto foi constituído um fundo (Fundo Garantia-Safra), com participação dos governos federal, estaduais e municipais, e é acionado para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas, que provoquem perdas superiores a 50 % nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares do semiárido brasileiro. O Fundo garante o pagamento de R\$ 550,00 para cada família prejudicada, assegurando o sustento da família até a próxima safra.

OUTRAS POLÍTICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Embora não estejam inseridas entre as políticas que integram a estratégia Fome Zero, é oportuno apontar outras políticas destinadas ao desenvolvimento rural sustentável. Destacam-se pela sua atualidade e relevância:

REFORMA AGRÁRIA

Apesar das dimensões continentais, a desigualdade na distribuição das terras no Brasil é uma herança do modelo de ocupação do seu território. O Índice de Gini da distribuição de terras entre os estabelecimentos agropecuários foi, em 2006, de 0,854. Quando se analisa o tamanho dos estabelecimentos agropecuários, os com 1.000 ha ou mais de área são quase 47 mil (5%) e ocupam 146 milhões de hectares (44% da área), enquanto os estabelecimentos com menos de 100 ha somam 4,4 milhões (86%) e ocupam menos de 71 milhões de hectares (21% da área). As políticas de reforma

agrária estão inseridas neste contexto, procurando reduzir as disparidades e fortalecer a agricultura familiar.

No período de 2003 a 2009 foram assentadas 574.532 famílias em mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos, o que corresponde a aproximadamente 62% do total de assentamentos realizados nos últimos 39 anos. Para atingir estes resultados, foram investidos R\$ 7 bilhões nestes sete anos somente em obtenções de terras.

Também integra o plano nacional de reforma agrária a política de Crédito Fundiário, que concede um empréstimo de longo prazo para aquisição ou ampliação das áreas de agricultores familiares. Entre 2003 e 2009 foram beneficiadas 74 mil famílias, com 1,3 milhão de hectares, envolvendo recursos na ordem de R\$ 1,9 bilhão.

PROGRAMA TERRA LEGAL REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Lançado em junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. A situação fundiária na Amazônia Legal é caracterizada pela precariedade ou pela ausência de reconhecimento jurídico da posse de terras, gerando conflitos fundiários marcados, muitas vezes, pela violência. Ainda existiam na região 58 milhões de hectares (11 % da Amazônia Legal) de terra da União não destinados, com aproximadamente 158 mil ocupações a serem regularizadas nessas áreas.

Para a execução do Terra Legal foi editada a Lei n. 11.952/2009, que simplificou os procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União situadas na Amazônia Legal para áreas com até 1.500 hectares. Já foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, em quase 4,5 milhões de hectares de 261 municípios. Os primeiros títulos do programa já foram emitidos para 270 ocupantes.

Além da regularização dos produtores ocupantes, cerca de 170 municípios estão situados em áreas urbanas inteiramente localizadas em glebas federais sem regularização, dificultando a cobrança de tributos e a prestação de serviços aos seus moradores. Estas áreas serão transferidas aos municípios, que por sua vez farão a regularização dos imóveis de seus habitantes.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e aos estabelecimentos rurais. Na década de 1990 o Sistema de Extensão Rural foi praticamente desmontado, mantido apenas em alguns estados do país. A partir de 2003 foi retomada a política de assistência técnica e extensão rural, ampliando e qualificando este serviço. Entre 2003 e 2009 foram aplicados aproximadamente R\$ 1,5 bilhão para atender a 2,5 milhões de famílias. Atualmente existem 548 organizações de Ater credenciadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abrangendo mais de 23.000 técnicos em todos os estados brasileiros.

PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA⁶

Lançado em fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) tem como foco a superação da pobreza na área rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, o programa baseia-se em planos desenvolvidos nos territórios, com a participação da sociedade civil, para buscar a integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais. Em 2009 foram beneficiados 120 territórios em todas as unidades da federação, abrangendo 1.852 municípios e 13,1 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 46 % da população rural total brasileira, 67 % dos assentados da reforma agrária, 66 % das comunidades quilombolas, 52 % das terras indígenas, 54 % dos pescadores e 46 % das famílias de agricultores familiares de todo o Brasil. No âmbito federal, o esforço conjunto de órgãos e entidades possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do governo voltada aos 120 territórios, que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 24,6 bilhões, em 2009, em mais de 200 ações, inclusive algumas delas já citadas acima, integrantes da estratégia Fome Zero. Para 2010 estão disponíveis R\$ 27 bilhões.

A EVOLUÇÃO DA POBREZA NAS ÁREAS RURAIS

Considerando o conjunto de políticas de desenvolvimento rural acima, é oportuno verificar as condições das famílias rurais.

Neste texto utilizam-se apenas dois indicadores: taxa de pobreza e composição da renda das famílias.

Já foi apontado anteriormente que mais de 5 milhões de pessoas saíram da pobreza nas áreas rurais, sendo que nessas áreas foi onde ocorreu a queda mais expressiva nas taxas de pobreza. Mas esta redução da pobreza foi homogênea entre todos os segmentos rurais?

Para compreender a dinâmica das áreas rurais considerou-se a população com residência rural e parte da população urbana ligada às atividades agrícolas⁷. Para tanto, as famílias ocupadas economicamente foram classificadas em:

- *Agricultura familiar*: engloba as famílias com um empreendimento agrícola, proprietárias ou não da terra, com residência urbana ou rural. Seguindo as normas do Pronaf, essas famílias podem contratar até dois empregados permanentes.
- *Agricultura patronal*: famílias com acesso a um empreendimento agrícola, que utilizam três ou mais empregados permanentes para condução dos trabalhos, com residência urbana ou rural.
- *Não agrícolas rurais*: famílias de empregadores ou contáprópria (autônomos), em que seus integrantes são dedicados a atividades não agrícolas, embora tenham o domicílio rural.
- *Assalariados rurais*: famílias que vivem da venda da força de trabalho de seus integrantes. Para fins de simplificação foram considerados tanto os assalariados agrícolas (com residência urbana ou rural), como os assalariados não agrícolas com residência rural.

Os resultados desta classificação podem ser observados na Tabela 4. Ocorreu uma significativa redução da pobreza entre as famílias de agricultores familiares: 759 mil deixaram a condição de pobreza. Em termos de número de pessoas a redução foi de mais de 4 milhões de pessoas, o que representa uma queda na taxa de pobreza deste grupo de 41 % para 24 %. É a categoria ocupacional na qual ocorreu a maior redução do número de pobres.

6. Para maiores detalhes, veja capítulo de autoria de França.

7. As atividades agrícolas referem-se ao sentido genérico do termo, e incluem pecuária, extrativismo, silvicultura e pesca.

Tabela 4 – Famílias agrícolas ou rurais ocupadas, segundo a condição de pobreza. Brasil (milhares de famílias ou pessoas)

Tipo de famílias	Número de pessoas			Número de famílias		
	2003	2009	Diferença	2003	2009	Diferença
Agricultura familiar	7.709	3.570	-4.139	1.504	746	-759
Agricultura patronal	0	0		0	0	
Não agrícolas rurais ¹	998	575	-423	198	129	-69
Assalariados rurais ²	7.855	4.662	-3.193	1.585	960	-624

1 - Inclui famílias de empregadores e de conta-própria, não agrícolas ou pluriativas.

2 - Inclui famílias agrícolas e pluriativas (rurais e urbanas), e não agrícolas com residência rural.

Nota: não inclui as famílias rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR, captadas somente a partir de 2004.

A segunda categoria com queda expressiva no número de pobres foi a dos assalariados rurais, em que mais de 3 milhões de pessoas, pertencentes a 624 mil famílias, deixaram a condição de pobreza entre 2003 e 2009. Apesar da importante redução no número de pobres, os assalariados rurais são a maioria dos pobres nas áreas rurais brasileiras, com pouco menos de 1 milhão de famílias pobres, o que representa 20% das famílias de assalariados rurais.

Quando se decompõem as fontes de rendimentos dos diferentes tipos de famílias, observa-se um significativo crescimento das rendas oriundas do trabalho (Tabela 5). Na agricultura familiar a renda média agrícola cresceu em R\$ 107,00, o que representou um ganho real de 17%, e as rendas não agrícolas cresceram em média R\$ 102,00 (ganho real de 43%).

Tabela 5 – Renda média mensal familiar dos trabalhos agrícolas e não agrícolas, segundo o tipo de família. Brasil (valores relativos a R\$ - set./2009)

Tipo de famílias	Renda média agrícola			Renda média não agrícola			Renda média familiar		
	2003	2009	Diferença	2003	2009	Diferença	2003	2009	Diferença
Agricultura familiar	620	727	17%	239	341	43%	1.138	1.499	32%
Agricultura patronal	7.528	7.249	-4%	1.213	1.513	25%	9.737	10.477	8%
Não agrícolas rurais ¹	-	-		978	1.172	20%	1.230	1.526	24%
Assalariados rurais ²	322	396	23%	317	460	45%	793	1.094	38%

1 - Inclui famílias de empregadores e conta-própria não agrícolas com residência rural.

2 - Inclui famílias agrícolas e pluriativas (rurais e urbanas), e não agrícolas com residência rural.

Nota: não inclui as famílias rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR, captadas somente a partir de 2004. Valores corrigidos pelos INPC.

Fonte: processamento das PNADs pelo autor.

Os aumentos das rendas do trabalho agrícola e não agrícola contribuíram em 58% do aumento da renda da agricultura familiar, ou seja, o conjunto das rendas (trabalho e transferências governamentais – aposentadorias e Bolsa Família) foi importante para a expressiva redução da pobreza na agricultura familiar, mas as rendas do trabalho tiveram um peso maior para o aumento da renda dessas famílias.

A Tabela 5 também mostra que os assalariados rurais tiveram aumentos reais nas rendas agrícolas (23%) e não agrícolas (45%). Estas duas fontes explicam 72% do aumento das rendas das famílias de assalariados, mas como historicamente os salários rurais agrícolas são muito baixos, mesmo os aumentos médios de R\$ 74,00 da renda agrícola e de R\$ 143,00 da não agrícola não foram suficientes para retirar da pobreza um número maior de famílias assalariadas.

O aumento majoritário das rendas originário do trabalho nas famílias rurais mostra que estas estiveram ligadas a ciclos virtuosos de geração de ocupação, emprego e renda. Os resultados dão fortes indícios de que a hipótese do Fome Zero estava correta: as transferências de renda, como o Bolsa Família, foram importantes e cumpriram o relevante papel de estimular a demanda dos mercados locais, desencadeando um aquecimento dessas economias antes estagnadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou a evolução da pobreza, e consequentemente da segurança alimentar e nutricional, segundo os critérios do Fome Zero. Entre 2003 e 2009 mais de 20 milhões de pessoas saíram da pobreza, sendo a intensidade na redução das taxas mais acentuada nas áreas rurais, onde 5 milhões de pessoas deixaram a pobreza.

Desde sua implantação, em 2003, existiu um esforço do governo no rompimento dos elos do círculo vicioso da fome e da pobreza. Os números de execução ao longo destes anos dos diversos programas revelaram um esforço contínuo e coerente com seus objetivos iniciais.

A associação entre as políticas de transferência de renda (emergenciais), aquecendo os mercados locais de consumo, e as condições macroeconômicas estáveis deram resultados positivos, como pode ser observado nas áreas rurais.

Na agricultura familiar mais de 4 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza para cima. Entre os assalariados rurais 624 mil famílias saíram da pobreza, mas ainda assim restam 17% das famílias assalariadas abaixo da linha de pobreza.

Entre as fontes de rendimento, as rendas do trabalho agrícola e não agrícola tiveram peso majoritário no crescimento da renda dos agricultores familiares e dos assalariados rurais. O apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento local, associado às transferências de renda, gerou ciclos locais virtuosos de renda e cidadania. O crescimento das rendas do trabalho comprova este bom desempenho.

Evidentemente, apesar dos avanços desde 2003, muitos desafios ainda permanecem, e talvez o maior deles seja a permanência de 29,5 milhões de pessoas na condição de pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Discurso de posse do Presidente Lula em 1º de janeiro de 2003*. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. Presidência da República. *Fome Zero*. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. Presidente (2003 – L. I. Lula da Silva). *Mensagem ao Congresso Nacional*, 2010. 422p. (Documento da Presidência da República).

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. *Evolução da pobreza no Brasil, 1995/99*. Campinas: Unicamp, IE, 2001. (Texto para discussão, n. 104).

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. A. *A delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006 segundo a Lei 11.326*. [No prelo].

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. A. *O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

IBGE. *Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro, 2002 e 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br> [link “População”]. Acesso em: 10 out. 2010.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001. Versão 3. 118p.

TAKAGI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas: Unicamp, IE, 2001. (Texto para discussão, n. 101).